

Nº 2024.23041510854.EXP.LS

VALIDADE: 23/04/2026



O **Instituto do Meio Ambiente do Estado do Alagoas - IMA/AL** expede a presente Licença Ambiental Simplificada Nº 2024.23041510854.EXP.LS, com base na Resolução Normativa Nº 10/2018, do Conselho Estadual de Proteção Ambiental - CEPRAM e na Lei 6.787/06, Art. 5, e suas alterações, por meio da qual autoriza **SEINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DE ALAGOAS**, inscrita no CNPJ Nº 02.210.303/0001-64, localizada na Rua Cincinato Pinto, Nº 503, Centro, Maceió/AL, referente a atividade citada na lei como Captação e Tratamento de Águas Superficiais, do empreendimento **IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS POVOADOS UMBUZEIRO DOCE, CANDUNDA, VÁRZEA DA DONA JOANA E SÃO CRISTÓVÃO**, localizado em sua 1ª Etapa, o projeto contemplará os Povoados Umbuzeiro Doce e Candunda, Senador Rui Palmeira/AL.

Esta **Licença Ambiental Simplificada** é válida até **23 de Abril de 2026**, e está condicionada ao cumprimento das condicionantes que constam na(s) seguinte(s) páginas desta licença e nos demais anexos do Processo IMA Nº 2022.23090333132.LAS.IMA (Parecer Técnico IMA/GELIC 153/2024).

Esta Licença deverá estar disponível, por ocasião da realização de fiscalizações, bem como, não exime o interessado de obter outras autorizações/licenças exigidas em leis e atos normativos, expedidas por outros órgãos.

Maceió (AL), 23 de Abril de 2024

Flávio José Barbosa da Silva Júnior

Presidente do Conselho de Administração - IMA

Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente - IMA



Requer Validação

Licença Ambiental Simplificada N° 2024.23041510854.EXP.LS com as seguintes condicionantes:

1. Os responsáveis técnicos pela prestação de informações ao IMA/AL durante o processo de licenciamento ambiental se responsabilizam pela apresentação ou elaboração de informação, estudo, laudo ou relatório total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, sem prejuízo da responsabilização e aplicação de sanções administrativas, civis e penais em caso de ocorrência de danos, degradação e/ou poluição ambiental.
2. Mediante decisão motivada o IMA-AL, poderá alterar as condicionantes, recomendações, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta Licença caso ocorra: a. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b. Omissão, falsa descrição, ou subdimensionamento de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente licença, e c. Superveniência de graves riscos ambientais.
3. Esta licença não exime o interessado na obtenção de outras autorizações e licenças previstas na legislação vigente, emitidas pelos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, civis e penais em caso de ocorrência de danos, degradação e/ou poluição ambiental;
4. Esta Licença Ambiental Simplificada é relativa somente as obras inerentes a Implantação do Sistema de Abastecimento de Água dos Povoados Umbuzeiro Doce, Candunda, Várzea da Dona Joana e São Cristóvão. Em sua 1ª Etapa, o projeto contemplará os Povoados Umbuzeiro Doce e Candunda, no município de Senador Rui Palmeira/AL. Devendo a implantação de eventuais empreendimentos futuros no imóvel adjacente serem objetos de licenciamento ambiental específico;
5. Em caso de supressão de vegetação, deve ser solicitada a Autorização de Supressão de Vegetação – ASV, em processo específico;
6. Apresentar tipologia de abastecimento de água durante a instalação do empreendimento ao IMA. Em caso de utilização de poço tubular profundo, deverá apresentar Cópia da Dispensa de Outorga ou Cópia da Outorga do Direito de Uso de Recursos, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/AL); - Junto ao relatório do PGRCC;
7. Comprovar solução ambientalmente correta para os efluentes gerados pelos colaboradores da obra. Caso seja adotado banheiro químico, a empresa responsável deverá ser licenciada pelo IMA; - Junto ao PGRCC
8. Se couber, abastecimento de água para o canteiro de obras, apresentar atestado de viabilidade técnica para abastecimento de água; - Antes do início das obras;
9. Apresentar relatório de desmobilização do canteiro de obras e as medidas tomadas em relação aos dispositivos de tratamento e disposição final dos elementos construídos no local. - Ao término das obras;
10. Se couber, solicitar, em processo(s) específico(s), o licenciamento ambiental pertinente para o(s) canteiro(s); - Antes do início das obras;
11. Todos os insumos minerais a serem utilizados nas obras devem ser provenientes de locais licenciados pelo IMA/AL, e sua comprovação efetuada por meio de apresentação da cópia das licenças ambientais e notas fiscais de compra; - Junto ao relatório do PGRCC.



Flávio José Barbosa da Silva Júnior

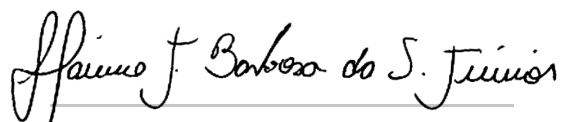
Presidente do Conselho de Administração - IMA



Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente - IMA

12. Dispor de material de bota-fora ou aterro provenientes das obras em locais licenciados ou previamente autorizados pelo Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA/AL), devendo o interessado comprovar a obtenção ou destinação final em local licenciado, por meio de contratos, recibos e manifestos comprobatórios, devendo-se apresentar Licença Ambiental do local; - Junto ao relatório do PGRCC.
13. Apresentar ao IMA/AL relatórios relativos ao Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) apresentado, em conjunto com os Certificados de Destinação Final (CDF) - indicando os respectivos certificados de coletaem nome da empresa executora da obra, dos Resíduos Sólidos e Líquidos gerados pela atividade/empreendimento, em local ambientalmente adequado, ou seja, licenciado pelo órgão ambiental competente; - Semestralmente;
14. Afixar placa alusiva à licença ambiental no local da obra. A placa deve ser confeccionada conforme modelo disponível no site do IMA/AL; - 90 (Noventa) dias após emissão da Licença Ambiental.
15. O processo de execução dever obedecer às informações apresentadas em projeto, e qualquer alteração que sofra dever ser comunicada ao IMA/AL com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o qual julgará a necessidade ou não de nova análise ambiental;



Flávio José Barbosa da Silva Júnior

Presidente do Conselho de Administração - IMA



Gustavo Ressurreição Lopes

Diretor Presidente - IMA